

Gabriela Amaral de Oliveira Teixeira

A Prevenção e Repressão ao Tráfico Internacional de Animais Silvestres

Brasília

2005

Gabriela Amaral de Oliveira Teixeira

A Prevenção e Repressão ao Tráfico Internacional de Animais

Monografia apresentada à Banca examinadora do UNICEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília como exigência parcial para obtenção do grau de especialização em Direito Ambiental sob a orientação das professoras Márcia Dieguez Leuzinger e Magda de Lima Lúcio.

Dedico o presente trabalho às minhas filhas Pâmela e Júlia por todos os momentos que tiveram que abdicar da minha companhia, para que assim fosse possível a realização desta obra, bem como a meus pais pela força que sempre me dedicaram para conclusão de meus estudos.

Agradecimento especial ao colega de curso Fábio Pereira Margarido que pela sua atuação profissional pôde me proporcionar insubstituível auxílio na apuração de dados constantes deste trabalho.

*"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".
(Constituição da República do Brasil – art. 225)*

Gabriela Amaral de Oliveira Teixeira

**A PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE ANIMAIS
SILVESTRES**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu*, na área
Direito Ambiental.

Orientadoras: Márcia Dieguez Leuzinger e
Magda de Lima Lúcio

Brasília, 16 de setembro de 2005.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ana Flávia Barros Platiau

Prof. Dr. Tânia Cristina

RESUMO

Pesquisa sobre a prevenção e repressão ao tráfico internacional de animais silvestres que é considerado a terceira maior atividade ilícita do mundo. Essa atividade contribui sobremaneira para a extinção de diversas espécies. Em razão de sua rica biodiversidade, o Brasil é um dos principais alvos desse comércio, podendo-se dizer que inclusive que nosso país foi sempre submetido a um processo de exploração sem nenhum critério, uma vez que acreditava-se que os recursos eram inesgotáveis. O tráfico de animais silvestres tem o valor da espécie determinado pela raridade do animal. O traficante vê o animal apenas como uma mercadoria, pouco se importando com o sofrimento pelo qual passa o exemplar no momento de sua traficância, ou mesmo importa-se com o desequilíbrio e dano ambiental que a retirada de um espécime provoca. O exemplo colacionado à pesquisa de espécie atingida pela intensa ação do tráfico de animais silvestres é o da Ararinha-Azul, espécime nativo da Bahia, que hoje se encontra extinta na natureza, restando apenas alguns exemplares vivendo em cativeiro, onde a reprodução é muito rara. Os animais silvestres possuem papel importante no ecossistema e sua extinção afeta significativamente outras espécies. Esse fato ocasiona drásticas modificações ambientais. O tráfico internacional é sustentado por uma rede de tráfico interno bem estruturado, onde os animais que não são diretamente “exportados” são encaminhados à venda em feiras-livres. A Lei nº 9.605/98, conhecida como a Lei da Natureza, em sua seção específica dos crimes contra fauna, traz de forma generalizada as penalidades que são aplicadas ao delito tema desta monografia. As leis penais ambientais brasileiras, no que tange ao tráfico internacional de animais silvestres, propiciam a prática desse delito, tendo em vista as brandas penas apresentadas, a possibilidade da transação penal e a não existência de um tipo penal específico. Em nossa pesquisa, sustentamos a necessidade de alteração dessa lei, buscando a criação de um tipo penal específico para o tráfico de animais silvestres, o que facilitaria a atuação e a proteção ambiental pela ação direta do Estado. A conduta delitiva ora apresentada necessita não somente de penas mais severas e específicas, mas paralelamente a orientação social do cidadão para a necessidade de preservação ambiental. O tráfico de animais silvestres não é de responsabilidade apenas daqueles que os comercializam, mas igualmente daqueles que os compram, ou estimulam de qualquer forma tal prática delitiva. Dessa forma, as principais características do comércio ilegal da fauna silvestre e seus produtos, as dificuldades e deficiências relacionados ao combate do tráfico, nos leva a certeza da necessidade de elaboração de um tipo penal específico para a prevenção e repressão ao tráfico internacional de animais silvestres.

Palavras-chave: Tráfico de animais silvestres. Prevenção e repressão. Dano ambiental. Lei de Crimes Ambientais. Tipo penal específico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1 - Crimes Ambientais	12
1.1 Histórico da Legislação	15
1.2 Cites	29
1.3 Crimes contra a Fauna	32
Capítulo 2 - Tráfico de Animais Silvestres	48
2.1 Principais Rotas	49
2.2 Valor das Espécies	52
2.3 Perda para a Biodiversidade	53
Capítulo 3 - Ararinha-Azul	58
3.1 Estratégia para a Recuperação da Espécie	60
3.2 Extinção da Espécie da Vida Selvagem	62
Capítulo 4 – Tipo Penal Específico	64
4.1 Artigo 29, da Lei nº 9.605/98	65
4.2 Da necessidade de um Tipo Penal Específico	68
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a finalidade de analisar a terceira maior atividade ilícita do mundo: o tráfico de animais silvestres. Segundo a Divisão de Repressão aos Crimes Ambientais e Patrimônio Histórico – DMAPH do Departamento de Polícia Federal, esse delito só perde para o tráfico de armas e de drogas.

O tráfico tem seu valor mensurado pela raridade do animal. O Brasil se tornou um dos principais alvos desse comércio devido a sua rica biodiversidade. Para os traficantes, um animal não passa de uma simples mercadoria. Muitos dos animais traficados, como exemplo as aves, têm seus olhos perfurados para não enxergarem a luz e, dessa forma, não cantarem, evitando chamar a atenção da fiscalização. Outros animais, como as araras, costumam ter os ossos do peito quebrados para ficarem imóveis por causa da dor, dando a impressão assim de serem domesticados. Macacos costumam ser comercializados bêbados. Os traficantes injetam cachaça ou até mesmo álcool em suas veias para que pareçam mansos.

A principal dificuldade encontrada para a elaboração desse estudo foi a escassez de obras específicas sobre o tema tráfico de animais silvestres. Inúmeras são as obras que tratam das questões ambientais. Entretanto, a carência de títulos foi percebida. A pesquisa amparou-se principalmente na pesquisa e coletânea de dados apresentados em jornais, Internet e artigos específicos publicados por juristas. Também foram colacionados dados de ONGs, em especial da RENCTAS – Rede

Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. Foram ainda utilizados os relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira, bem como o 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres, editado pela RENCITAS.

O capítulo primeiro do estudo sustenta as riquezas biológicas do Brasil, e sua exploração não criteriosa, o que acarreta uma grande ameaça ao equilíbrio ambiental. Nele foi apresentado um histórico da legislação ambiental desde do ano de 1934, com enfoque especial nas legislações de proteção à fauna. Consta ainda do capítulo primeiro uma descrição pormenoriza das penalidades aplicadas pela lei de Crimes Ambientais, com foco nos crimes contra a fauna.

O tema específico de tráfico de animais silvestres encontra-se analisado no capítulo segundo da monografia. A partir do histórico do delito são apresentadas as principais rotas, valores obtidos das espécies traficadas, com breves comparações entre os valores atingidos no mercado interno e mercado internacional. É ainda sustentado nesse capítulo tópico relativo a Biodiversidade, seu conceito, perdas e conseqüências para o homem.

Como exemplo de dano acarretado ao meio ambiente resultante do tráfico de animais silvestres no capítulo terceiro é relatado a situação específica da Ararinha-Azul, espécie nativa da região de Curuçá-BA, hoje extinta na natureza em razão do intenso tráfico. Dessa espécie resta apenas alguns exemplares vivendo em cativeiro, onde a reprodução é muito rara.

Finalizando o trabalho monográfico o capítulo quarto sustenta a necessidade

de um tipo penal específico voltado a prevenção e repressão ao tráfico de animais silvestres. A Lei n º 9.605/98, que trata dos delitos ambientais, traz na seção específica dos crimes contra a fauna, a forma generalizada das penalidades aplicadas a esses crimes. A necessidade de alteração da lei, estabelecendo-se um tipo penal específico, facilitaria a proteção ambiental, que passaria ser objeto de ação direta do Estado.

Capítulo 1

CRIMES AMBIENTAIS

São cada vez mais constantes as incursões nas matas tropicais em busca de animais para fomentar o tráfico nacional e internacional. Manter animais silvestres em cativeiro continua sendo um hábito cultural da população brasileira: sejam os ricos, que exibem suas coleções particulares de animais silvestres como troféus à sua vaidade; sejam os miseráveis, que se embrenham na mata em busca desses animais que, vendidos, ajudarão a diminuir sua fome, ou sejam ainda os cientistas estrangeiros que buscam na fauna e na flora brasileira uma possibilidade de seus laboratórios faturarem altas quantias com a fabricação de novos medicamentos. A realidade é que os recursos da fauna brasileira encontram-se gravemente ameaçados pelo comércio ilegal.

Não é conhecida a exata dimensão do comércio de animais silvestres, mas conforme numerado pela RENCTAS – Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, em seu *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres*¹, estima-se que o tráfico de vida silvestre, considerado como a terceira maior atividade ilegal do mundo, movimenta anualmente de 10 a 20 bilhões de dólares por todo o mundo. Estima-se também que o Brasil participa com cerca de 5% a 15% deste total. O tráfico

¹ 1º Edição, 2001, pg. 33.

ilegal seria responsável pela retirada de 12 milhões de espécimes da natureza, no Brasil, por ano².

A RENCTAS acrescenta ainda em seu Relatório³ que por ano o tráfico de animais silvestres é responsável pela retirada de cerca de 38 milhões de espécimes da natureza no Brasil. O número de animais retirado é muito maior do que o encontrado comercializado, devido às perdas que ocorrem durante todo o processo de captura e comercialização. É estimado que para cada produto animal comercializado são mortos pelo menos 3 espécimes e para o comércio de animais vivos esse índice é ainda maior, de 10 animais traficados apenas 1 sobrevive.

Essas perdas ocorrem devido as seguintes razões:

- a) os animais que escapam feridos morrem depois;
- b) as peles danificadas e os animais fora do "padrão" são descartados;
- c) fêmeas são mortas durante a captura de filhotes, que muitas vezes também morrem.

O índice de mortalidade também é alto devido ao estresse emocional e às precárias condições oferecidas aos animais durante todo o processo de captura e comercialização. Todos os animais traficados sofrem maus tratos, com exceção dos animais raros, muito valiosos.

² Moção do Conama nr. 16/91.

³ 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres, 1º Edição, 2001, pg 32.

Segundo a organização não-governamental *Conservation International*⁴, o Brasil está entre os maiores países provedores de recursos biológicos do mundo. Campeão absoluto de biodiversidade terrestre, ele reúne quase 12% de toda a vida natural do planeta. O Brasil concentra 55 mil espécies de plantas superiores (22% de todas as que existem no mundo), muitas delas endêmicas; 524 espécies de mamíferos; mais de 3 mil espécies de peixes de água doce; entre 10 e 15 milhões de insetos (a grande maioria ainda por ser descrita); e mais de 70 espécies de psitacídeos: araras, papagaios e periquitos. Em relação à fauna brasileira, pode-se dizer que esta sempre foi submetida a um processo de exploração sem nenhum critério, pois se acreditava que tais recursos eram inesgotáveis.

Quatro dos biomas mais ricos do planeta estão no Brasil: Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Pantanal. Infelizmente, correm sérios riscos. Muitas áreas mantêm apenas 3 a 8% do que existia inicialmente, como a Mata Atlântica, que hoje guarda 7% de sua extensão original e o Cerrado, que possui apenas 20% de sua área ainda intocados.

Do ponto de vista histórico, a utilização da fauna brasileira como “recurso inesgotável” foi consideravelmente ampliado, na medida em que se observa o crescimento natural da população brasileira, a sua expansão para as regiões interiores do Brasil e o recrutamento de áreas cada vez mais significativas para a produção de

⁴ www.conservation.org.br. Organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987. É hoje uma das mais eficientes organizações ambientalistas do mundo. Atualmente trabalha para a preservação dos ecossistemas ameaçados de extinção em mais de 30 países, distribuídos por quatro continentes. No Brasil, o primeiro projeto de conservação da CI teve início em 1988. A CI-Brasil tem sede em Belo Horizonte-MG e possui outros escritórios estrategicamente localizados em Brasília-DF, Belém-PA, Campo Grande-MS e Caravelas-BA.

alimentos.

Apesar das circunstâncias mencionadas, a legislação brasileira sobre o meio ambiente e especificamente sobre a fauna silvestre sempre esteve na vanguarda e oferece meios para que os órgãos dos poderes públicos competentes pudessem ter instrumentos, embora a maioria destes ainda desconheça que possuímos mecanismos eficazes para a conservação da biodiversidade.

1.1 Histórico da Legislação

Desde 1930, vários foram os instrumentos legais⁵ editados voltados à proteção ambiental, encontrando-se entre eles os que se seguem:

1.1.1 Decreto nº 23.548, de 3 de julho de 1934 – aprova o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária.

Decreto de suma importância para a proteção dos rebanhos nacionais e conseqüentemente das populações silvestres de vida livre de moléstias que não ocorrem normalmente em territórios brasileiros.

1.1.2 Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 – Estabelece medidas de proteção aos animais.

⁵ Animais Silvestres: vida à venda – RENCTAS, Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres, 2º ed., 2003, p. 147-172.

A relevância deste decreto reside no fato de que o Governo Brasileiro já na década de 1930 mostrava-se preocupado com o bem-estar dos animais. Embora seja uma medida primordialmente de proteção e assistência a indivíduos de conotação doméstica, determina o referido instrumento que ao ser maltratado o animal este teria assistência em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais, assim como pelos membros das sociedades de proteção de animais. Fatos a serem registrados são de situações que podem ser consideradas maus-tratos e que são elencadas para evitar interpretações jurídicas em juízo.

1.1.3 Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 – Código Florestal.

O Código Florestal de 1934, instrumento jurídico de muita importância para a preservação de populações da fauna silvestre, tendo em vista que classificava as florestas existentes no território brasileiro com florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. No caso específico da fauna, as florestas protetoras tinham como premissa “asilar espécimes raros da fauna indígena”. Merece destaque o fato de que seriam declaradas florestas remanescentes as que formassem os parques nacionais, estaduais ou municipais, e ainda as em que abundassem ou se cultivassem espécimes preciosos, cuja conservação se considera necessária por motivo de interesse biológico. Outro fato que merece ser destacado é que as florestas passaram a ser “bem de interesse comum a todos os brasileiros”, obviamente resguardando-se o que determina a legislação em relação aos direitos da propriedade privada.

1.1.4 Decreto-lei nº 5.894, de 20 de outubro de 1943 – Código de Caça.

Com a edição do Código de Caça de 1943, esta prática ganha nova

dimensão, especialmente no que se refere ao período de caçadas, ou seja, passa a ser respeitado o chamado período de defeso. Assim, a chamada fauna cinegética ganha um espaço de sete meses por ano para a sua recomposição.

Outro aspecto a ser mencionado é a definição de caçador, que é aquela pessoa que se dedica ao exercício da caça. Os praticantes são classificados em caçadores profissionais (os que procuram auferir lucros com o produto da atividade), e caçadores amadoristas (aqueles que visam, sobretudo à prática desportiva).

No terceiro capítulo desse decreto, é interessante notar que os legisladores da época já se preocupavam com o chamado aproveitamento sustentável da fauna, daí as chamadas fazendas de criação de animais silvestres, e por outro lado com as medidas estimuladoras para a proteção de populações da fauna silvestre, com refúgios e reservas florestais.

1.1.5 Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1948 – aprova a convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América.

Em 27 de dezembro de 1940, o Brasil assina a adesão aos termos da Convenção, a qual é ratificada pelo Congresso Nacional somente em 1948. A convenção tem como princípio que os Governos Americanos, desejosos de proteger e conservar no seu ambiente natural exemplares de todas as espécies e gêneros da flora e fauna indígenas, incluindo aves migratórias, em números suficientes e em locais que sejam bastante extensos para que se evite, por todos os meios humanos, a sua extinção.

Para cumprir os objetivos da Convenção, são empregados termos com Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Reservas de Regiões Virgens e Aves Migratórias.

Parques Nacionais – regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postas sob a superintendência oficial.

Reservas Nacionais – regiões estabelecidas para a conservação e utilização, sob vigilância oficial, das riquezas naturais, nas quais se protegerá a flora e a fauna tanto quanto compatível com os fins para os quais essas reservas são criadas.

Reservas de Regiões Virgens – regiões administradas pelos poderes públicos, onde existem condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transporte, com ausência de caminhos para o tráfico de veículos e onde é proibida toda a exploração comercial.

Aves Migratórias – aves pertencentes a determinadas espécies, cujos indivíduos ou alguns deles atravessam, em qualquer estação do ano, as fronteiras dos países da América.

1.1.6 Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – institui o novo Código Florestal.

A lei florestal de 1965 continua a vigorar com o conceito de que as florestas existentes no território brasileiro, assim como as demais formas de vegetação, são reconhecidas de utilidade às terras que revestem, passando a ser bens de interesse comum a todos os brasileiros, obviamente resguardando-se o direito de propriedade.

Importante destacar que passa a vigorar o conceito de preservação permanente para florestas e demais formas de vegetação. Assim, passa a ser contravenção penal o ato de destruir ou danificar florestas consideradas de preservação permanente, o ato de causar danos a Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem com as reservas biológicas.

1.1.7 Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 – Proteção a Fauna/ Código de Caça.

Em 1967, além de ganhar novo *status*, a fauna silvestre brasileira passou a ser regida de forma diferenciada em função dos abusos que se estava cometendo. Assim, os animais silvestres passaram a ser propriedade do Estado, sendo então limitado seu uso na forma da lei.

Outro aspecto importante foi o banimento da chamada caça profissional, porém consentida somente na modalidade amadorista, isto é, o produto da caçada não poderá ser vendido no comércio atacadista ou mesmo varejista, e para a prática somente quando peculiaridades locais ou regionais apontaram e os estudos cinegéticos comprovarem.

1.1.8 Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975 – promulga a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagem em Perigo de Extinção.

Com a promulgação da Convenção, o Brasil reconhece que a fauna e flora constituem em suas numerosas, belas e variadas formas um elemento insubstituível dos sistemas naturais da terra, que deve ser protegido pela presente e

futura geração.

Reconhece ainda que os povos e os Estados são e deveriam ser os melhores protetores de sua fauna e flora selvagem, e ainda que a cooperação internacional é essencial à proteção de certas espécies da fauna e flora contra a sua excessiva exploração pelo comércio internacional.

1.1.9 Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas e que os recursos ambientais são a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

A lei determina que o meio ambiente é um patrimônio público, direciona a ação governamental para a manutenção do equilíbrio ecológico, definindo parâmetros para a utilização racional do solo, subsolo, água e ar, bem como para proteção aos ecossistemas, além de prever incentivos destinados aos estudos e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso dos recursos biológicos.

1.1.10 Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983 – Dispõe sobre estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências.

Com a entrada em vigor desta lei, as coleções zoológicas deixaram de ser meros “mostruários de bichos” e passaram a ser locais de preservação de espécimes e espécies *ex-situ*, com a devida assistência.

1.1.11 Constituição Federal de 1988.

O artigo 225 assegura a todos os brasileiros um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição Federal de 1988 incorporou em seu capítulo sobre Meio Ambiente os preceitos legais da Lei nº 6.938, reforçando no artigo 225 a obrigação do Poder Público de preservar a diversidade do patrimônio genético do país, a definição de espaços territoriais a serem protegidos, a necessidade de estudo prévio de impacto ambiental quando a atividade a ser desenvolvida possa causar distúrbios ambientais. Avança ainda mais quando define que tais aspectos devem ser de conhecimento público.

Especial atenção é dedicada às espécies da fauna e da flora, sendo vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção de espécies, assim como submeter os animais a crueldade.

A Constituição de 1988 indica que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente, preservar florestas, a fauna e flora. Ainda legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca,

fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

1.1.12 Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 – Cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Dentre as inúmeras atribuições do IBAMA destacam-se:

- a) Fazer cumprir a legislação federal sobre meio ambiente;
- b) Promover a fiscalização das atividades de exploração de florestas, flora, fauna silvestre;
- c) Promover e disciplinar a utilização dos recursos naturais renováveis;
- d) Propor medidas para preservar as espécies da fauna e da flora autóctones;
- e) Preparar e atualizar a listagem de espécies da fauna e da flora em extinção e propor e executar medidas e programa especiais necessários à sua preservação;
- f) Assistir, supervisionar e avaliar as atividades de estabelecimento e funcionamento de zoológicos, jardins botânicos, criadouros com finalidade científica, amadorística e afins.
- g) Aplicar dispositivos dos acordos internacionais, relativos a fauna e flora silvestre;

- h) Executar e fazer executar projetos especiais de manejo das espécies da fauna e da flora;
- i) Analisar e propor medidas relacionadas com a introdução de espécies silvestres exóticas.

1.1.13 Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994 – Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.

A Convenção tem como princípio que os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de Direito Internacional, tenham o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas dos limites da jurisdição nacional.

Indica a Convenção que os Estados devem desenvolver estratégias, planos e programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, monitorar, por meio de levantamento de amostras e outras técnicas, os componentes da diversidade biológica.

E, por fim, estabelecer sistemas de áreas protegidas, onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica, promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de

espécies em seu meio natural e impedir, controlar ou erradicar que se introduzam espécies exóticas que ameacem os ecossistemas, habitats ou espécies.

1.1.14 Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A Constituição Federal de 1988 impõe que todos os brasileiros têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Tendo como premissa que o meio ambiente é bem de uso comum do povo, necessário se fez uma nova ordem jurídica para que fossem assegurados estes preceitos. Assim surge a Lei da Vida ou de Crimes Ambientais, que reflete o pensamento constitucional vigente e, sobretudo, dispõe aos órgãos públicos que possuem competência para proteger a fauna de modo que não coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção.

Fator de destaque é a definição no artigo 29 sobre a “fauna silvestre” que possui uma abrangência bem maior do que se tinha na Lei nº 5.197/67. Assim, todos aqueles espécimes pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras, passaram a ser consideradas fauna silvestre. Define a lei ainda que o uso da fauna não é proibido, porém o acesso deve sempre ser feito através de permissão, licença ou autorização da

autoridade competente.

A comercialização de animais vivos, partes, produtos e subprodutos são permitidos desde que seja de criadouros autorizados.

1.1.15 Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Tal Decreto surge visando à especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

1.1.16 Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Como detentores da maior biodiversidade, necessário se fazia a edição de um instrumento moderno que refletisse, sobretudo, os ditames da Constituição Federal de 1988. Com a publicação desta lei, Unidade de Conservação ficou definido com sendo o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação tem como um de seus objetivos a proteção de espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional ou regional.

Fica criada no âmbito do Sistema Nacional de Unidade de Conservação a

Categoria de Refúgio de Vida Silvestres, com o objetivo de proteger ambientes naturais onde se assegurem condições para a reprodução de espécies da fauna residentes ou migratórias.

Importante a ser mencionado é que todo o sistema propicia a preservação de populações de espécies da fauna.

1.1.17 Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000 – dispõe sobre a implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem em Perigo de Extinção – CITES.

Com a aprovação pelo Decreto Legislativo nº 54/75, e conseqüente promulgação do texto de adesão aos termos da Convenção – CITES pelo Decreto nº 76.623, o governo brasileiro através do Ibama passou a exercer a atribuição de autoridade administrativa, e a conseqüente aplicação dos dispositivos da Convenção era feito através de portarias normativas. Com o advento da abertura comercial do Brasil na década de 1990, necessário se fez à adoção por parte do governo brasileiro de instrumentos mais adequados ao regime jurídico institucional, e o decreto de aplicação ora transcrito deu suporte para tomadas de posicionamento por parte da autoridade administrativa no que se refere à política institucional de importação e exportação de espécimes da fauna silvestre brasileira e exótica.

É oportuno citar os artigos 26, 27 e 28. No primeiro é conferida à autoridade nacional poderes para editar normas, visando coibir, por exemplo, o tráfico de animais silvestres. No 27, o Estado brasileiro poderá formular reserva relativa à transferência de espécie do Anexo II para I, e no 28, poderá adotar medidas de

contingenciamento para a exportação de espécies.

1.1.18 Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 – regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os artigos 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

A Medida Provisória dispõe sobre os bens, direitos e obrigações relativos ao acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, plataforma continental, zona econômica exclusiva. A fauna silvestre poderá então ser considerada patrimônio genético, se acessada para fins de aplicação industrial.

Com a publicação da Medida Provisória nº 2.186-16, em 23 de agosto de 2001, alterou-se a legislação atinente ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

A partir da MP nº 2.186-16 de 2001 e do Decreto nº 3.945 de 2001, o acesso e a remessa ao patrimônio genético existente no País passaram a depender de deliberação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ficando sujeito à repartição de benefícios, nos termos e nas condições legalmente estabelecidos; preservou-se o intercâmbio e a difusão de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado praticado entre as comunidades indígenas e entre

as comunidades locais, desde que em seu próprio benefício e baseados na prática costumeira.

1.1.19 Decreto 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Este decreto define composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos arts. 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

1.1.20 Decreto 4.339, de 22 de agosto de 2002.

Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

1.1.21 Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

1.1.22 Lei 10.711, de 05 de agosto de 2003.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, com o objetivo de garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional.

1.1.23 Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Publicada no DOU de 28.3.2005, esta lei regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225, da Constituição Federal. Estabelece normas de segurança e

mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados. Cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB.

1.2 Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES.

O comércio de animais e plantas silvestres constantemente ultrapassava as fronteiras entre os países, tornando-se uma grave ameaça ambiental. Desta forma, era necessária sua urgente regulamentação por meio da cooperação internacional, com o intuito de proteger certas espécies da exploração descomedida. Com esse espírito foi concebida a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção – CITES⁶, em 03.03.1973, na cidade de Washington.

A CITES surgiu de uma resolução aprovada durante reunião dos membros da União Mundial para a Conservação da Natureza – IUCN, celebrada em 1963. O texto da Convenção foi finalmente acordado em Washington com a presença de representantes de 80 países, e entrou em vigor em 1.07.1975. A convenção controla e, em determinadas situações, proíbe o comércio internacional de espécies ameaçadas, e inclui cerca de 5.000 espécies animais e 28.000 vegetais.

A Convenção tem como seus principais instrumentos os Anexos I, II e III, que são revisados, em média, a cada dois anos durante a Conferência das Partes. Hoje, a Convenção conta atualmente com a participação de 169 Estados-partes.

No Anexo I estão listadas todas as espécies reconhecidamente ameaçadas de extinção que possam ser afetadas pelo Comércio Internacional. Geralmente o comércio internacional das espécies é proibido. Entretanto, este comércio pode ser autorizado sobre condições excepcionais – pesquisa científica, por exemplo. Quando for o caso, uma permissão de exportação (ou um certificado de reexportação), ou uma permissão de importação se faz necessário.

O Anexo II engloba as espécies que, embora não estejam em perigo de extinção, poderão chegar a esta situação caso o comércio não fique sujeito à rigorosa regulamentação. O Comércio Internacional destas espécies pode ser autorizado. Assim, quando for o caso, uma permissão de exportação ou certificado de reexportação se fará necessário. Para importação não será necessário obter a permissão de importação.

E no Anexo III estão incluídas as espécies que estão protegidas ao menos em um país, o qual tenha solicitado a assistência de outras Partes para controlar seu comércio.

O Brasil aderiu à CITES em 1973, ratificando-a em 24.06.1975, através do Decreto Legislativo 54, e promulgando-a através do Dec. 76.623, de 17.11.1975. A

⁶ Texto da Convenção e dados gerais aqui utilizados disponíveis em: www.cites.org/fra/index.shtml, acessado em 30.09.2005.

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção deu origem, no Brasil, a um conjunto de decretos, portarias e resoluções.

No quadro normativo ambiental brasileiro temos a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, que foi tornada pública pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, através das Portarias 1.522, de 19.12.1989, e 45-N, de 27.04.1992. Por sua vez, as Portarias 062, de 17.06.1997, e 028, de 12.03.1998, inseriram novas espécies na lista do IBAMA. Já a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção foi publicada com a Portaria 37-N, de 03.04.1992⁷.

Em 20.04.1983, durante a 4ª Conferência das Partes, em Gaborone (Botswana), foi inserida uma emenda ao art. XXI da Convenção. O Brasil aderiu à emenda nesse mesmo ano, conforme foi posteriormente ratificado, nos termos do Dec. 35, de 05.03.1986.

Esta emenda determinou a abertura “à adesão das organizações de integração econômica regional constituída por Estados soberanos, as quais tenham a capacidade para negociar, celebrar e aplicar acordos internacionais sobre assuntos a elas atribuídos por seus Estados membros e cobertos pela presente Convenção”. Desta forma, tais organizações passaram a exercer os direitos e a cumprir as obrigações atribuídas aos Estados membros.

⁷Disponível no site www.ibama.gov.br/fauna/legislação/home.htm, acessado em 14.10.2005.

A Convenção define ainda as chamadas autoridades administrativas e autoridades científicas, as quais deverão ser designadas pelas Partes. À autoridade administrativa cabe expedir licenças e certificados em nome da Parte por quem foi indicada.

1.3 Crimes contra a Fauna

Publicada no Diário Oficial da União no dia 31/01/98, a *Lei dos Crimes Ambientais*, também chamada Lei da Natureza, basicamente tem o objetivo de conferir maior proteção à fauna e à flora nacionais bem como às áreas de preservação permanente e às unidades de conservação.

Algumas infrações que antes eram objeto apenas de multas, ou no máximo eram enquadradas como contravenção penal, agora são consideradas como crimes ambientais. Aquele que praticou o crime está sujeito à punição civil, administrativa e criminal, podendo ser punido com penalidades como prestação de serviços à comunidade, multas pecuniárias que podem atingir valores altíssimos, e prisão.

Uma grande novidade da lei diz respeito à responsabilização da pessoa jurídica nos crimes ambientais. Agora, as pessoas jurídicas, representadas pelo seu diretor ou gerente, estão sujeita à responsabilização pelo crime, inclusive penalmente.

Os tipos penais constantes desta lei são muitos, todavia buscaremos nos

ater apenas ao objeto de estudo deste trabalho, a fauna silvestre.

A palavra fauna significa o conjunto dos animais próprios de uma região. Os animais dividem-se em invertebrados, mamíferos, aves, répteis, anfíbios. Peixes são considerados animais e, por isso, incluem-se na chamada fauna aquática.

A necessidade de proteção da fauna, principalmente pelo que ela representa para a biodiversidade e para os ecossistemas, atrai a atenção de os países. Todavia, o seu maior problema encontra-se no comércio ilegal.

A lei fala em fauna silvestre. É preciso, portanto, saber o que isso significa. A resposta está no art. 29, § 3º, da Lei nº 9.605, de 12.02.1998, que diz:

São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham, todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

Os insetos também estão protegidos pela legislação penal, por serem considerados animais. Alguns exemplos são as borboletas (lepidópteros), as abelhas (himenópteros), os grilos (ortópteros) e as cigarras (homópteros).

A proteção penal, entretanto, não alcança os animais exóticos. Isto porque o art. 29, § 3.º, menciona as espécies nativas (nacionais, naturais, não estrangeiras) ou migratórias.

É oportuno lembrar de que não haverá crime se o agente estiver autorizado

a caçar pela autoridade ambiental.

A Lei nº 9.605/98 alterou completamente o tratamento penal nos crimes contra a fauna. Colocou a proteção à fauna em maior conformidade com o sistema e procurou aproximar-se mais da realidade brasileira, admitindo, por exemplo, a morte para saciar a fome do agente, em seu art. 37, inciso I.

1.3.1 Do Crime contra a Fauna

Entende-se por fauna o conjunto de espécies animais de um determinado país ou região. A Legislação Ambiental protege dois tipos de fauna, a Fauna Silvestre e a Fauna Nativa.

Fauna Silvestre não é a fauna encontrada exclusivamente na selva, e sim aquela em que os animais vivem naturalmente em liberdade, ou seja, fora do cativeiro. A fauna aquática é considerada espécie de fauna silvestre, pois os peixes, os crustáceos, a baleia e outros vivem na água e naturalmente fora do cativeiro, amoldando-se perfeitamente ao sobredito conceito.

Proíbem-se as práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna (essas práticas podem ser desde a aplicação de pesticidas, o desmatamento ou a destruição dos habitats). Assim como as que provoquem a extinção das espécies (além das práticas anteriores, mencionamos a abertura da caça em temporada inadequada). E, ainda, as que submetam os animais à crueldade. Para o exercício da caça é obrigatória a licença anual, expedida pela autoridade administrativa (IBAMA), além de que, quando efetuada com arma de fogo, necessário

se faz o porte de arma emitido pela Polícia Civil ou Federal. Pune-se criminalmente a pesca em período na qual seja esta proibida ou a praticada em lugares interditados por órgão competente, considerando-se como pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvado as espécies ameaçadas de extinção.

Para que saibamos então realmente o que é crime contra a fauna, devemos primeiramente citar o conceito de fauna, que é o conjunto dos animais existentes em uma determinada região.⁸

Segundo o artigo 225, § 1º, VII da Constituição Federal, “incumbe ao Poder Público proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade”.

Constituem crimes contra a fauna, conforme a Lei n.º 9.605/98, arts. 29 -37:

1. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida; também se enquadram nesse tipo legal quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida; quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou

⁸ Freitas e Freitas, Vladimir Passos de e Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza: (de acordo com a lei 9.605/98), 7. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, pg. 75.

depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente;

2. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente;

3. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente;

4. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Também são albergados nesse tipo penal quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos;

5. Provocar, pela emissão de efluentes o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras. Incorre nas mesmas penas quem causa degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público; quem explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente; quem fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica;

6. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente, incorrendo nas mesmas penas aquele que: pesca

espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos; pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, apetrechos, técnicas e métodos não permitidos; transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas;

7. Pescar mediante a utilização de: explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante; substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente.

1.3.2 Da Penalidade

A Lei nº 9.605/98 no que concerne às sanções penais procurou adaptar-se às diretrizes que vêm sendo traçadas pela política criminal e ambiental de nosso País. A superpopulação carcerária e as despesas que tal fato traz ao Poder Público levaram à modificação do arcabouço legislativo.

Essas iniciativas tiveram por meta alcançar formas alternativas de impor sanção ao condenado, mas evitando, dentro do possível, seu encarceramento e o contato com outros presos. No âmbito específico do Direito Ambiental há três fatores adicionais. O primeiro é o princípio da prevenção, uma das vigas mestras do Direito Ambiental. O legislador levou em consideração tal circunstância, procurando, além do caráter de retribuição e de castigo das penas, dar ênfase a seu caráter preventivo. Isso fica muito claro quando se observa a grande quantidade de tipos penais de perigo e a criminalização de várias condutas que antes não passavam de contravenções penais ou de infrações administrativas.

Por outro lado, ao possibilitar, na grande maioria das infrações penais, a aplicação de punições restritivas de direitos, o novo diploma concorre para a consecução de outra finalidade da pena, qual seja a de recuperar o dano ambiental. Com efeito, além de abrir oportunidade à transação e à suspensão do processo (Lei 9.099/95, arts. 76 e 89), o legislador autorizou a substituição da pena corporal por outras restritivas de direitos, como tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos (art. 9º).

Finalmente, ao possibilitar sanções pecuniárias, seja através da pena de multa ou mesmo pela pena restritiva de direito da prestação pecuniária (art. 8º, inc. IV), procurou o legislador a ressocialização do condenado, atingindo seu patrimônio, e não sua liberdade. Considerando as características do criminoso ambiental, via de regra mostra-se mais adequadas as penas restritivas de direitos ou multa. Entendem ainda que as sanções restritivas de liberdade devem ser deixadas para situações extremas.

Por último, no que concerne à aplicação da pena, verifica-se que o art. 6º da Lei 9.605/98 estabelece critérios próprios, como a gravidade do fato, tendo em vista as conseqüências para a saúde e o meio ambiente (inc. I) e os antecedentes do acusado relacionados com o cumprimento da legislação ambiental (inc.II), que devem ser observados junto com as regras previstas no art. 59 do Código Penal.

a) Penas privativas de liberdade.

As penas privativas de liberdade previstas para os crimes ambientais na Lei nº 9.605/98 são de reclusão e de detenção.

b) A suspensão condicional da pena.

O benefício da suspensão condicional da pena, disciplinado nos arts. 77 a 82 do CP, é expressamente citado na Lei 9.605/98, que no art. 16 diz:

Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

A grande inovação foi romper com a tradição de nossas leis penais, que sempre fixaram no máximo de dois anos o limite para a concessão do sursis. Os demais pressupostos são os mesmos enumerados no art. 77 do CP, ou seja, que o condenado não seja reincidente em crime doloso (inc. I); que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, autorizem a concessão do benefício (inc. II).

Por outro lado, o prazo de suspensão poderá ser de dois a quatro anos (CP, art. 77) e as condições também são as mesmas previstas no CP (art. 78), observando-se apenas que, no que concerne à prestação de serviços à comunidade, dever-se-á atentar para o estabelecido no art. 9º da lei dos crimes ambientais, atribuindo-se ao condenado “tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação”.

O art. 17 da Lei nº 9.605/98 faz justa exigência de que as condições impostas pelo juiz sejam relacionadas com a proteção ao meio ambiente. Este mesmo

artigo determina que a reparação do dano seja verificada por laudo próprio. O objetivo é evitar que o beneficiário não se limite a prometer colaboração, mas sim que a preste efetivamente. O descumprimento, salvo impossibilidade de fazê-lo, significará a revogação do sursis e o cumprimento da pena.

c) Penas restritivas de direitos.

A penas restritivas de direitos encontram-se previstas no art. 7º da Lei nº 9.605/98, *verbis*:

Art. 7º. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I – tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;

II – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

Já o parágrafo único do mesmo artigo estabelece:

Parágrafo único: as penas restritivas de direitos (...) terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

Podemos, dessa forma, afirmar que as penas privativas de liberdade que podem ser substituídas são:

a) crimes culposos: arts. 38, parágrafo único; art. 40, § 3º; 41, parágrafo único; 49, parágrafo único; 54, § 1º; 56, § 3º; 62, parágrafo único; 67, parágrafo único; e 68, parágrafo único;

b) crimes cuja pena máxima privativa de liberdade é inferior a quatro anos, o que desde logo permite falar em substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos: arts. 30, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, caput, 55, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69.

Como pode ser observado, caso seja de fato aplicada a pena máxima estabelecida para o crime, apenas os delitos previstos nos arts 35, 40 e 54, § 2º, não admitem a substituição da pena. Disso conclui-se que na realidade judiciária brasileira a substituição da pena restritiva de liberdade será possível em praticamente todos os casos.

d) Pena de Multa.

A pena de multa, que consiste no pagamento ao fundo penitenciário de quantia estabelecida na sentença e calculada em dias-multas, aparenta ser a melhor das soluções em matéria de sanção penal. Todavia, a legislação brasileira tornou-a ineficaz e destituída de poder de intimidar ou de reparar o mal causado.

A redação dada pela Lei nº 9.268/96, ao art. 51 do Código Penal suscitou as mais controvertidas discussões, pois retirou a execução do Juízo Penal, remetendo-a para cobrança através de execução fiscal. Há tentativas de manter a execução da pena no Juízo Penal. Muito embora esta fosse a medida mais conveniente, o certo é que o STJ, diante da lei, vem se inclinando pela competência do Juízo das Execuções Fiscais. O resultado é que nem os órgãos da Administração Pública desejam assumir esses créditos nem se revela eficaz a cobrança, pois ela enseja infundáveis discussões, como, por exemplo, a contagem do prazo de decadência.

A pena de multa poderá ser aplicada cumulativa, isolada ou alternativamente, segundo a Lei dos Crimes Ambientais.

Reza o art. 18 que:

Art 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se se revelar ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

O referido dispositivo deve ser interpretado e aplicado em consonância com o disposto no art. 49, §§ 1º e 2º, e art. 60, § 1º, ambos do Código Penal, e art. 6º, inc. III, da Lei dos Crimes Ambientais.

Assim é que a sentença fixará a pena em dias-multa de no mínimo 10 (dez) e no máximo 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, cujo valor, a ser estabelecido pelo juiz, não poderá ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário (CP, art. 49, § 1º).

Desse modo, a aplicação da pena de multa cominada num dos tipos penais da Lei nº 9.605/98 deverá, num primeiro momento, atender aos parâmetros supracitados do art. 49 do CP. Verificando o juiz que a sanção pecuniária diante da situação econômica do réu, embora aplicada no máximo, mostra-se ineficaz aos fins de prevenção e repressão, poderá aumentá-la até o triplo (CP, art. 60, § 1º).

Outrossim, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 9.605/98, se a pena, mesmo que triplicada (art. 60, § 1º), ou seja, fixada no seu valor máximo, ainda se revelar ineficaz, poderá ser novamente aumentada em até três vezes. Esse aumento, no entanto, só terá cabimento no caso de o agente auferir vantagem econômica de

valor tal que venha a dar ensejo à resposta punitiva proporcional. Assim, por exemplo, se aplicada ao agente criminoso, nos moldes dos arts. 49 e 60 do CP, a pena pecuniária máxima pela prática de determinada infração penal ambiental, mas não auferida por ele qualquer vantagem econômica, incabível será o aumento, ainda que sua situação econômica comporte a triplicação prevista no art. 18 da Lei de Crimes Ambientais. Mas, se cabível, deverá ser aplicada proporcionalmente ao valor da vantagem econômica.

Sobre o referido aumento (art. 18), a lei não fixa o mínimo, apenas o máximo (até três vezes), depreendendo-se daí que o mínimo pode equivaler à majoração fracional ($1/6$, $1/3$, e outros).

Por derradeiro, não é demais lembrar que a multa substitutiva prevista no § 2º do art. 60 do CP praticamente não tem aplicação nos delitos previstos na Lei dos Crimes Ambientais, uma vez que a grande maioria deles implica em multa cumulativa com a pena privativa de liberdade. E, consoante reza a Súmula 171 do STJ, “cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa”.

1.3.3 Do Princípio da Insignificância.

Nos crimes contra a fauna, tem sido comum a aplicação do princípio da insignificância pelos tribunais. Inúmeras decisões judiciais não vislumbram em determinadas situações risco ao ecossistema ou desequilíbrio ecológico, e vêm a definir como “ínfimo potencial ofensivo” a conduta do réu e, em decorrência, reputando-a como “penalmente irrelevante”. Isso revela uma grave tendência de deixar sem

punição os delitos que envolvam um, dois, ou poucos animais, por exemplo, desdenhando o fato de que se várias pessoas distintas empreenderem ações desse tipo, qual seja, as chamadas ação de diminuto potencial ofensivo, no mesmo local e em épocas aproximadas, o dano será considerável e muito provavelmente irreversível.

A aplicação do princípio da insignificância é imposta na hipótese em que o abatimento de animal silvestre que não afete potencialmente o meio ambiente e não coloque em risco a função ecológica da fauna impõe, uma vez que a conduta dos agentes, em tese, não alcança relevância jurídica.

Neste sentido, via de regra, por não encontrarem uma justa relação de proporcionalidade entre a falta cometida pelo infrator e a sanção prometida, os juízes, para evitar uma punição desarrazoada acabam por se socorrer dos conhecidos princípios da insignificância e da irrelevância penal do fato, sendo este equivalente ao delito de bagatela, desconsiderando com crime o abate de um ou alguns exemplares de animais silvestres.

Pecam tais posições uma vez que a repressão aos crimes contra a fauna tenham por fim resguardar o equilíbrio ecológico. Não se exige, para a consumação, a demonstração efetiva de desequilíbrio ambiental ou de comprometimento da função ecológica dos animais, mesmo porque muitos dos delitos previstos na Lei nº 9.605/98 e em outros diplomas são de mera conduta, que consumam com a simples ação ou omissão do agente, e outros tantos são crimes de perigo, consumando-se com a simples ameaça de dano. Importante lembrar que o sentido da proteção penal sob a ótica do princípio ambiental da prevenção, é muito mais evitar um dano do que corrigi-

lo posteriormente.

Bem, podemos até sustentar que os crimes com reduzido potencial ofensivo não mereçam o mesmo rigor punitivo de demais crimes com efeito danoso maior. Neste aspecto a transação penal e a suspensão condicional do processo nos socorrem, já que cumprem, em tese pelo menos, o princípio da prevenção geral e especial da pena e até mesmo o seu caráter ressocializador dentro de padrões de proporcionalidade e razoabilidade.

Com a Lei nº 9.605/98 o legislador buscou trilhar o entendimento de que a proteção que se dispensa à fauna só pode ser efetivada se estendida a cada um dos seus exemplares, pois a agressão a cada indivíduo é que põe em risco a própria espécie. No entanto, mesmo após o advento da Lei nº 9.605/98, os Tribunais vêm produzindo jurisprudência que continua a não considerar crime o abate de alguns poucos exemplares de animais silvestres. Como exemplo, o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, proferido no Recurso Especial 182.847, do Rio Grande do Sul, rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 09.03.1999, onde se assentou:

1. O princípio da insignificância jurídica informa a absolvição ao réu denunciado pelo abate de três tatus. O bem protegido pela lei de regência é o animal silvestre, fora do cativeiro, tendo em vista a preservação das espécies nativas, não tendo a conduta denunciada a potencialidade lesiva suficiente para responsabilizá-lo penalmente;
2. Não obstante a inconformidade do Órgão Ministerial, aduzindo que o estado de penúria do acusado não justifica o extermínio da fauna silvestre, a conduta do réu resultou no abate de três tatus destinados à alimentação, nada mais, impondo-se o reconhecimento da bagatela, que pelo desvalor da culpabilidade perante o fato, dispensa a pena.

Segundo o art. 27 da Lei 9.605/98, é cabível a transação penal (aplicação

imediate de pena restritiva de direitos ou multa) para os crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, crimes com pena máxima de 1 (um) ano, desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental (se no crime de menor potencial ofensivo não houve dano ambiental, nada haverá que ser composto). E também, de acordo com o art. 28 do mesmo diploma, é cabível a suspensão condicional do processo (*sursis* processual) para os crimes cuja pena mínima cominada seja de no máximo 1 (um) ano, condicionando-se a extinção da punibilidade – à semelhança do que ocorre com a transação penal – à recomposição do dano ambiental.

É oportuno lembrar que o *sursis* processual é, em tese, aplicável a todos os crimes contra a fauna previstos na Lei 9.605/98, dado que nenhum deles tem pena mínima superior a 1 ano, e que a transação penal, também em tese, é cabível nos crimes do art. 29 e § 1º, 31 e 32, todos eles com pena máxima de 1 ano.

Existe inclusive decisões judiciais que, apesar do reduzido potencial ofensivo de crimes cometidos contra a fauna, optam pela instauração da ação penal e suas conseqüentes medidas punitivas cabíveis. Assim, deve ser propiciado ao infrator a possibilidade de transação e não a rejeição da denúncia atribuindo ao fato insignificância, sem qualquer análise das conseqüências da ação delituosa sobre o ecossistema e a cadeia alimentar.

Mesmo Vladimir Passos de Freitas e Gilberto Passos de Freitas⁹ defendem a aplicação do princípio da insignificância em casos extremos, quando efetivamente demonstrado a inexistência de qualquer lesão ao meio ambiente, *in verbis*:

⁹ Crimes contra a Natureza, 7ª Edição, p. 45, 2001.

Tratando especificamente da proteção ambiental, a primeira indagação que deve ser feita é se existe lesão que possa ser considerada insignificante. Já resposta a tal pergunta deve ser positiva, mas com cautela. Não basta que a pouca valia enseje no juízo subjetivo do juiz. É preciso que fique demonstrada no caso concreto. É dizer, o magistrado, para rejeitar uma denúncia ou absolver o acusado, deverá explicitar, no caso concreto, por que a infração não tem significado. Por exemplo, em crime contra a fauna não basta dizer que é insignificante o abate de um animal. Precisa deixar claro, entre outras coisas, que este mesmo abate não teve influência no ecossistema local, na cadeia alimentar, analisar a quantidade de espécimes na região e investigar se não está relacionado entre os que se acham ameaçados de extinção. Assim, sendo, o reconhecimento do princípio da insignificância deverá ser reservado para hipóteses excepcionais, principalmente pelo fato de que as penas previstas na Lei 9.605/98 são leves e admitem transação ou suspensão do processo (Lei 9.099/95, arts. 76 e 89).

Dessa forma, devemos sempre trazer a discussão se realmente é sensato afirmar que em se tratando de crime ambiental existe algum que possa sinceramente ser realmente considerado não lesivo ao meio ambiente e à sadia qualidade de vida do homem.

Capítulo 2

TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

O processo de desenvolvimento cultural da população brasileira foi singular, possibilitando o encontro de povos conquistadores e povos que mantinham uma estreita relação com a natureza e o meio ambiente. Ainda hoje, observamos nos grandes centros urbanos, ou nos mais distantes recantos do nosso território, a presença de vários animais silvestres convivendo com o ser humano, numa relação de domínio e admiração.

O hábito de manter animais silvestres como mascotes vem desde o tempo da colonização do Brasil. Quando os portugueses aportaram no país, incorporaram a prática dos índios nativos de manter macacos e aves tropicais como seus animais de estimação, além de utilizarem o colorido das penas de aves brasileiras para adorno de chapéus e outras peças do vestuário.

Em suas pesquisas, o jornalista brasileiro Eduardo Bueno relata que durante os trinta primeiros anos após o descobrimento do Brasil, as naus portuguesas que deixavam o país, costumavam levar em seus porões aproximadamente três mil peles de onças (*Panthera onca*) e 600 papagaios (*Amazona sp.*) em média. Ao serem desembarcadas na Europa, essas “mercadorias” estariam logo enfeitando vestidos e palácios do velho mundo. Usar chapéus ornados com penas coloridas de aves tropicais

era considerado de muito bom gosto, e quase sempre era um luxo reservado apenas às classes mais abastadas. Aquele olhar de cobiça se perpetua até hoje, todavia carrega mais que uma simples curiosidade, ele traduz a certeza de que possuímos a maior reserva de biodiversidade do planeta, e nela estão contidas muitas respostas que ainda não chegaram ao conhecimento humano. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA¹⁰, cerca de cem espécies desaparecem todos os dias da face do planeta, sendo o comércio ilegal de animais silvestres uma das principais causas dessa tragédia.

2.1 Principais Rotas

Os principais países exportadores da vida silvestre são o Brasil, Peru, Argentina, Guiana, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Colômbia, África do Sul, Zaire, Tanzânia, Kenya, Senegal, Camarões, Madagascar, Índia, Vietnã, Malásia, Indonésia, China e Rússia. Como países citados principalmente como de trânsito comercial da vida silvestre encontram-se Portugal, México, Arábia Saudita, Tailândia, Espanha, Grécia, Itália, França e Bélgica, onde geralmente é feita a legalização de vida silvestre contrabandeada. Já os principais países consumidores desses animais são os EUA (maior consumidor de vida silvestre do mundo), Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Grécia, Bulgária, Arábia Saudita e Japão¹¹.

¹⁰ Perfil do PNUMA –1992.

¹¹ http://www.renctas.org.br/files/RELATORIO%20RENTAS_pt_final.pdf, pgs 21 a 27, em 30.09.2005.

A maioria dos animais silvestre comercializado ilegalmente no Brasil é proveniente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, escoando-se para as regiões Sul e Sudeste, pelas rodovias federais. Nas regiões nordestinas é comum a presença de pessoas, às margens das rodovias, comercializando espécies silvestres. Rio de Janeiro e São Paulo figuram como os principais pontos de destino desses animais, onde são vendidos em feiras livres ou exportados por meio dos principais portos e aeroportos dessas regiões. O destino internacional desses animais é a Europa, Ásia e América do Norte.

Algumas cidades brasileiras ganharam fama como fornecedoras de fauna silvestre para o comércio ilegal, entre elas destacam-se no estado da Bahia: Milagres, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Curaçá, Cipó. Destacam-se igualmente como fornecedoras deste comércio as cidades de Belém (PA), Cuiabá (MT), Recife (PE), Almenara (MG) e Santarém (PA).

A maior parte dos animais é escoada por via terrestre, por meio de caminhões, ônibus e carros particulares. Apenas na região norte do Brasil os meios fluviais são mais utilizados, devido às suas peculiaridades.

Uma quantidade muito grande de animais é contrabandeada do Brasil para países não-signatários da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, e até signatários, onde recebem documentações falsas e, em seguida, são exportados. Esse contrabando é muito comum entre países vizinhos do Brasil, como Argentina, Bolívia, Guiana, Paraguai, Suriname e Uruguai.

As fronteiras dos estados da região amazônica são outras áreas importantes de retirada de animais silvestres brasileiros, principalmente as divisas com as Guianas, Venezuela e Colômbia. O comércio ilegal é intenso nessa região devido a escassez de fiscalização brasileira. Como exemplo de pontos de contrabando da fauna silvestre brasileira nas regiões de fronteira destacam-se as cidades de Tabatinga (BR) e Letícia (CO). Outras cidades brasileiras importantes, de onde saem animais silvestres ilegalmente, são: Manaus (AM), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Bonfim (RR), Uruguiana (RS) e Foz do Iguaçu (PR).

Casos há de participação danosa de alguns pesquisadores que atuam em esquemas internacionais de tráfico, utilizando-se de credenciais e autorizações oficiais concedidas às instituições para as quais trabalham. A exemplo, em agosto de 2001, o biólogo Shoji Hashimoto, vice-presidente do Museu de Ciências Naturais da Amazônia, foi pego em flagrante, pela Polícia Federal do Brasil, coletando ilegalmente insetos (principalmente besouros e borboletas) e aranhas. Para isso, utilizava-se de equipamentos sofisticados, como também de moradores da região, que recebiam de R\$ 2 a R\$ 3 por animal.

Existe ainda alguns casos de "lavagem" de animais que ocorre dentro do Brasil, por meio de alguns zoológicos e criadouros científicos, de conservação ou comerciais, legalizados ou não, que atestam falsamente o nascimento de animais em seus cativeiros.

2.2 Valor das espécies

Além de ter a biodiversidade ameaçada, o Brasil perde, anualmente, com o tráfico, uma quantia financeira incalculável e perde ainda uma gama irrecuperável de seus recursos genéticos¹². Só o mercado mundial de hipertensivos movimenta anualmente cerca de US\$ 500 milhões, e o princípio ativo desses medicamentos é retirado de algumas serpentes brasileiras, como a Jararaca (*Bothrops jararaca*). A cotação internacional dos venenos ofídicos é altíssima: um grama de veneno de Jararaca vale US\$ 433,70 e o da Cascavel (*Crotalus durissus terrificus*) US\$ 301,40.

O mercado interno de animais comercializados ilegalmente movimenta muito pouco se comparado ao mercado externo. Os valores alcançados internamente dificilmente ultrapassam a casa dos US\$ 200,00 por animal, enquanto que no mercado internacional, esses mesmos animais atingem facilmente valores na casa de dezenas de milhares de dólares. O Mico Leão Dourado (*Leontopithecus rosalia*) é vendido internamente por R\$ 500,00 e na Europa é facilmente comercializado por US\$ 20.000,00. O Melro (*Gnorimopsar chopi*) é encontrado nas feiras livres do Sul do país por R\$ 80,00 e nos Estados Unidos por US\$ 2.500,00.

Segundo a RENCTAS, em seu *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres*, o preço dos animais comercializados possui diversas variações de acordo com a demanda e a necessidade do mercado consumidor, o *status* da espécie (quanto mais raro e ameaçado, mais caro), as restrições legais ao comércio da espécie

¹² http://www.renctas.org.br/files/RELATORIO%20RENTAS_pt_final.pdf, pgs 17 a 19, em 30.09.2005.

e as implicações sócio-econômicas da sociedade. Com base nos dados dos animais apreendidos e seus respectivos preços foi estimado que cada ano, o Brasil movimenta em torno de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais)¹³.

2.3 Perda para a Biodiversidade

A diversidade biológica é a variabilidade com que se manifesta a vida em nosso planeta, em todas suas expressões¹⁴. Além da diversidade de espécies, a expressão engloba também a variabilidade genética de cada espécie, a diversidade de ecossistemas e todos os processos envolvendo os seres vivos.

A despeito do grande avanço das ciências biológicas, até hoje não se pode afirmar com certeza quantas espécies existem no planeta, nem mesmo qual sua ordem de grandeza. Atualmente estão catalogadas em torno de 1,4 milhões de espécies, mas as estimativas variam entre 10 a 100 milhões ou, de forma mais conservadora, entre 10 e 30 milhões.

Desde que a vida se originou na Terra, há cerca de 4 bilhões de anos, o número de espécies foi aumentando progressivamente, pelo processo de especiação. Mas este aumento não foi linear, já que houve períodos de especiação mais intensa e períodos de extinção em massa onde esta sobrepujou o aumento no número de espécies, produzindo uma diminuição no seu número global.

¹³ http://www.renctas.org.br/files/RELATORIO%20RENCTAS_pt_final.pdf, pgs 32 a 33, em 18.10..2005.

¹⁴ www.renctas.org.br/trafico/biodiversidade.htm, em 17.09.2004.

Depois da redução de habitats em virtude do desmatamento, técnicos e ambientalistas acreditam que a segunda principal causa da redução populacional de várias espécies nativas é a atividade do comércio ilegal de flora e fauna. A prática do tráfico de animais silvestres no Brasil é responsável pelo desaparecimento de 12 milhões de espécimes por ano¹⁵.

Estima-se que um quinto das espécies de aves foi extinto nos últimos dois milênios, principalmente após a ocupação humana de ilhas. Pela ausência de predadores nas ilhas, muitas espécies nidificam no chão tornando-as seriamente afetadas, em razão de gatos e ratos. Estima-se também que 11% das espécies de aves hoje existentes estão ameaçadas. No Brasil, entre os fatores responsáveis pela ameaça ou extinção de espécies de aves e outros vertebrados está a intensa destruição da mata atlântica, hoje reduzida a valor próximo de 1% do original. No Estado de São Paulo, estado que tinha originalmente a maior área deste bioma, a redução foi em torno de 95%. Outro ambiente muito afetado é o cerrado, em função da expansão da fronteira agrícola. Biomas menos extensos como manguezais e restingas têm sido destruídos em função da especulação imobiliária nas áreas litorâneas, afetando populações de aves migratórias que invernam em banhados do litoral. A captura de aves para o comércio ilegal também é um fator importante para determinadas espécies, como os psitacídeos e passeriformes canoros. A recente extinção da ararinha-azul, *Cyanopsitta spixi*, se deu exclusivamente por este motivo, já que seu hábitat no interior da Bahia está relativamente bem preservado.

¹⁵ Moção nº.1, 16/91, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Com relação às espécies aquáticas, podemos afirmar que 20% dos peixes de água doce em todo o mundo já foram extintos ou estão severamente ameaçados. Os fatores responsáveis apontados são a pesca excessiva, a poluição dos rios e a introdução de espécies exóticas.

Além da extinção global de espécies há que se considerar também sua extinção local, o que constitui um empobrecimento do ecossistema. Se a espécie em questão for uma espécie-chave, a comunidade pode se modificar drasticamente. Espécies-chave são espécies que têm relações ecológicas tão importantes em um ecossistema que sua falta afeta significativamente diversas outras. Um exemplo muito usado é o da lontra marinha da costa oeste da América do Norte. A caça excessiva reduziu bastante a sua população. Como consequência, sua principal presa, o ouriço-do-mar, proliferou muito e estes por sua vez praticamente eliminaram as algas que formavam verdadeiras florestas submersas. A eliminação das algas prejudicou uma infinidade de outras espécies que dela se alimentavam ou usavam como esconderijo, entre estes até filhotes de baleias. A rigorosa proteção das lontras e sua reintrodução em áreas onde estava extinta restituiu a fisionomia do ecossistema original.

A fragmentação de ambientes naturais, como ocorreu com as matas do interior do Estado de São Paulo, foi responsável pela extinção local de muitas espécies, pelo simples motivo de que suas áreas são menores que as áreas de vida mínimas de muitas espécies. Entre estas estão principalmente as chamadas espécies de topo de cadeia alimentar. A onça e outros felinos silvestres são exemplos de animais que exigem grande áreas para viverem, da mesma forma que os grandes

rapineiros alados, como a águia-real, *Harpia harpia*. Fragmentos de matas abaixo de determinadas extensões eliminam formigas caçadoras, prejudicando diversas espécies de aves seguidoras de formigas de correição, que se alimentam de uma infinidade de animais que fogem com a aproximação das formigas. A restituição de corredores de matas interligando estes fragmentos, especialmente seguindo os cursos dos rios, é uma das estratégias que visam ampliar de certo modo as áreas destes fragmentos.

Quando as populações das espécies atingem números muito baixos, ocorre a depressão endogâmica. Há perda da diversidade genética, o que propicia a manifestação de genes deletérios e deixa a população mais vulnerável a epidemias, entre outros problemas.

A destruição das florestas tropicais é um dos mais significativos impactos da humanidade sobre a natureza. Do total de espécies estima-se também que 90% são terrestres e destas, 80% ocorrem nos trópicos, sendo que dois terços destas vivem nas florestas tropicais. Ou seja, em torno de 50% das espécies são próprias deste bioma. Na tentativa de preservar parte deste bioma, criou-se o conceito de *hot spots*¹⁶.

Este conceito de Hot spot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra?

Ao observar que a biodiversidade não está igualmente distribuída no

¹⁶ http://www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/hotspotsScience/hotspots_defined.xml, em 30.09.2005.

planeta, Myers procurou identificar quais as regiões que concentravam os mais altos níveis de biodiversidade e onde as ações de conservação seriam mais urgentes. Ele chamou essas regiões de Hot spots.

Hot spot é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hot spot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. São áreas particularmente ricas em biodiversidade, com grande número de espécies endêmicas. A indicação dos *hot spots* é um primeiro passo para a tomada de medidas efetivas de preservação.

A caça constitui uma ameaça extraordinária para algumas espécies. O bisão norte-americano, que originariamente existia aos milhares chegou a ser reduzido a menos de uma centena, quando foi salvo por severas medidas conservacionistas. Os defensores da caça amadora argumentam que o que em geral extingue as espécies é a destruição de seu ambiente natural. Este argumento é absolutamente correto, mas ele fala contra a caça e não a seu favor. Se uma espécie já está bastante prejudicada pela destruição do habitat, qualquer fator adicional poderá ser fatal para ela. A captura de animais na natureza para servirem como animais de estimação é, entretanto, o maior fator na eliminação de muitas populações. Alguns grupos como os psitacídeos, que são os papagaios, araras e afins, e aves canoras, são particularmente perseguidos. Espécies como o bicudo e o curió, muito apreciados em gaiolas, praticamente estão extintos no Estado de São Paulo.

Capítulo 3

A ARARINHA-AZUL

De nome científico *Cyanopsitta Spixii* (cyano = azul escuro; psitta = psitacídeo), a Ararinha-Azul¹⁷ foi primeiramente encontrado por Johan Baptist Von Spix, no ano de 1819, em Juazeiro, BA. Já entre o período de 1985 a 1988, o ornintólogo suíço Paul Roth, percorreu as regiões de Tocantins, Maranhão, Piauí, Pernanbuco e Bahia a procura dessa espécie. Em 1986 Roth encontrou três exemplares selvagens no Município de Curuçá – BA.

Durante a estação reprodutiva de 1986/1987, o casal remanescente de ararinhas estabeleceu ninho. Todavia, os filhotes do casal foram retirados por traficantes. Ainda no ano de 1987, um dos três exemplares adulto desapareceu. Já na estação reprodutiva de 1987/1988, o casal remanescente estabeleceu ninho novamente, e mais uma vez por ação de traficantes, a fêmea, enquanto incubava os ovos, foi capturada. Restou assim na época apenas um único exemplar na vida selvagem.

Esta ave, segundo o Comitê de Recuperação da Ararinha-Azul do Instituto

¹⁷ Projeto Ararinha-Azul, Curaçá-BA, 1991, criado pelo CPRAA - Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha-Azul, composto pelo IBAMA, Parque Zoológico de São Paulo, Criadouro Chaparral (Recife), Fundación Loro Parque (Tenerife), Birds International (Filipinas), Houston Zoo, mantenedores, entidades e pesquisadores nacionais e estrangeiro e histórico sobre a espécie disponível em <http://www.ararinha-azul.vilabol.uol.com.br/indexara.htm>, acessado em 15.10.2004.

Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, foi considerada extinta na natureza em julho de 2002. O último exemplar selvagem que habitava a região de Curuçá, no sertão da Bahia, desapareceu em outubro de 2000. Este último exemplar, um macho, espécie gregária, que vive em grupo, de tão solitário acabou pareando-se com uma Maracanã, ave da mesma família, de tamanho um pouco menor e coloração predominantemente verde. Após o estabelecimento do ninho, a maracanã chegou a botar ovos, mas estes não vingaram.

A Ararinha-Azul é uma ave de rara beleza. Medindo de 27 a 56cm, e peso por volta de 350g, é possuidora de um azul de tom diferente, chegando em algumas penas a tornar-se cinzento. O bico é menor em comparação a outras espécies. Possui uma particularidade, uma parte de pele nua, de cor cinza escuro, que vai desde da parte superior do bico até os olhos, ressaltando a cor amarela da íris do olho.

É uma ave de difícil procriação em cativeiro, existindo poucos registros desse feito com sucesso. Dessa forma, até 2002 haviam sido contabilizados apenas 52 exemplares da espécie vivendo em cativeiro no mundo. Destes, o Brasil detém a propriedade de sete, que se encontram no zoológico de São Paulo e no Criadouro Conservacionista Chaparral, em Recife. Os demais encontram-se em poder de mantenedores e colecionadores particulares estrangeiros, na Espanha, Qatar e Suíça.

Além da destruição de seu habitat natural, um dos fortes motivos que levaram a extinção da espécie da natureza foi a ação de traficantes de animais, que em razão de sua atraente beleza e raridade da espécie, se tornou muito cobiçada para

servir como ave ornamental ou de estimação.

3.1 Estratégia para recuperação da espécie

Uma das estratégias para recuperação da espécie elaborado pelo Comitê de Recuperação da Ararinha-Azul¹⁸, sob a coordenação de Yara de Melo Barros, aconteceu entre 1994 a 1995, com a soltura de uma fêmea, a qual esperava-se que pareasse com o macho selvagem, produzindo filhotes. Para isto foi selecionada uma fêmea que tinha sido capturada anos antes na natureza.

Em 17 de março de 1995, após quase sete meses de preparação especial, a fêmea foi finalmente posta em liberdade no dia. Durante o período de preparação da fêmea para libertação, ela permaneceu em um viveiro no meio da caatinga, perto de riachos com enormes caraibeiras, que caracterizam o habitat tradicional das ararinhas. As dimensões do viveiro são de 20m de comprimento, 5m de largura e 7m de altura. Neste viveiro, a fêmea recebeu, além da comida a que estava acostumada em cativeiro, também a comida que depois encontraria nas plantas da região e que seriam seus principais alimentos naturais, ou seja, as sementes do pinhão-do-nordeste, da faveleira, da baraúna e da própria caraibeira. Com cerca de dois meses de preparação, a ave já havia aprendido a comer perfeitamente estes alimentos.

Durante a fase de preparação deste exemplar também houve o treinamento de vôo, permitido pelo grande volume do viveiro. Foi trazido então um outro macho de

cativeiro. Este macho ficou um tempo com a fêmea antes de esta ser solta. Desta forma criou uma referência para a fêmea, e quando foi finalmente solta ela não abandonou imediatamente a área do cativeiro. Como o macho selvagem estava freqüentando uma área mais afastada, era importante que a fêmea fosse se acostumando aos poucos com a vida em liberdade.

Um mês após a soltura, a fêmea apesar de ainda freqüentar a área do cativeiro, já estava voando de vinte até quarenta quilômetros por dia, conseguindo reconhecer e escapar dos predadores e ainda buscar alimentação na própria natureza. Entre os dias 15 e 16 de maio ela finalmente encontrou o macho selvagem, que estava "acasalado" com uma maracanã. A partir daí, a fêmea não retornou mais à área do cativeiro, e passou a acompanhar o macho selvagem o tempo todo.

Logo a maracanã afastou-se um pouco, embora ainda acompanhasse o casal de ararinhas. Chegou a aparecer uma outra maracanã, pareando com ela por um tempo.

O casal de ararinhas parecia estar definitivamente formado, com a fêmea reagindo muito bem à vida em liberdade e permanecendo pareada com o macho. Um mês após, no entanto, o par desfez-se e o macho voltou a parear com a maracanã, sendo que a fêmea de ararinha-azul aparentemente dispersou para outra região. Com a ajuda dos vaqueiros locais, houve um trabalho intensivo de buscas para tentar localizar a ararinha em toda a microbacia onde o macho vive, mas tudo sem sucesso. Também tentou-se a localização da ararinha fêmea em outra microbacia, onde foram

¹⁸ <http://www.ararinha-azul.vilabol.uol.com.br/indexest.htm>, acessado em 15.10.2004

realizadas buscas, mas igualmente sem sucesso. Finalmente, em 1995 um vaqueiro local encontrou a fêmea morta sob uma linha de energia, no meio da caatinga.

3.2 Extinção da espécie da vida selvagem

Segundo dados da Coordenação de Proteção de espécies da Fauna – CONFAU/IBAMA, a Ararinha-Azul encontra-se extinta na natureza devido em parte à grande degradação do seu hábitat, e principalmente em razão do tráfico de animais silvestres¹⁹.

Na natureza era encontrada em um importantíssimo ecossistema brasileiro a Caatinga. Era uma espécie endêmica (espécie que só ocorre em uma determinada região) do nordeste brasileiro, que vivia na Bahia, no Piauí e Maranhão.

Os *psittaciformes* apresentam características especiais: ao longo de sua vida têm apenas um parceiro, formando casais fiéis por toda a vida. Se algum deles morre, o outro permanece sozinho ou apenas se integra a um novo grupo. Os ninhos das ararinhas na vida selvagem eram feitos em ocos de árvores bem altas e antigas, e devido ao corte indiscriminado de árvores da caatinga, restaram apenas árvores mais jovens, não tão desenvolvidas e nem altas. Assim, esta espécie vinha encontrando dificuldades de se adaptar a novas condições.

Apesar das inúmeras campanhas de educação ambiental e projetos de

ecologia e conservação já realizados, esta espécie não vive mais solta na natureza, restando apenas algumas em cativeiro, onde é extremamente rara a sua reprodução.

A proteção e o equilíbrio do hábitat é de extrema importância para as espécies e o ciclo de energia da vida. No caso da ararinha-azul não adiantam mais programas e projetos ambientais, restando apenas que seu exemplo seja usado com um grande alerta para que outras espécies inseridas no mesmo ecossistema ou em outros não tenham o mesmo destino. Para evitarmos situações semelhantes precisamos não apenas da conscientização, mas de ações práticas no dia-a-dia para evitar a degradação do meio ambiente, e uma efetiva prevenção e repressão ao tráfico de animais silvestres.

¹⁹ <http://www.ararinha-azul.vilabol.uol.com.br/index2.htm> e <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./especie/fauna/index.html&conteudo=./especie/fauna/aves/spixii.html>, em 15.10.2004.

Capítulo 4

TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES:

TIPO PENAL ESPECÍFICO

Antes do surgimento da Lei nº 9.605/98, a tutela penal do meio ambiente permanecia assistemática, sem um critério único de previsão dos crimes e suas penas, ensejando críticas. Assim, a tutela penal da fauna poderia acarretar conseqüências mais gravosas ao agente que a tutela da própria vida humana. Dizia-se que seria melhor matar o guarda do parque florestal que matar o animal que vivia em seu interior, tamanho o rigor dispensado pela legislação criminal de proteção à fauna. Sem a mesma correspondência no crime de homicídio.

A Lei 9.605/98 veio a dar melhor sistematização à tutela penal e administrativa do meio ambiente, ensejando maior critério na definição dos crimes e infrações administrativas, prevendo um sistema de penas mais adequadas ao bem jurídico sob proteção. Assim, o advento desta lei foi um grande avanço para a defesa e a proteção do meio ambiente no Brasil. Foram criados novos crimes e instituiu-se um sistema de proteção administrativo e penal bem mais eficaz na defesa do meio ambiente.

Apesar do advento desta legislação, uma das grandes dificuldades que os órgãos de segurança e fiscalização, bem como o Ministério Público, têm encontrado é

quanto à fragilidade do tipo penal apontado na Lei nº 9.605/98, em virtude de uma ausência de um tipo penal específico que vise a repressão ao crime de tráfico de animais silvestres.

Surge aqui a questão se a nossa legislação em vigor está preparada para dar uma resposta penal adequada ao ilícito de tráfico de animais silvestres. Sustentamos que não, uma vez que mister se faz a criação de um tipo penal específico para tais ilícitos, um tipo diferenciado na sua tipicidade. É importante também se fazer a diferenciação entre a pessoa que eventualmente possui um animal silvestre, daquele que o captura voltando-se ao comércio e lucro fácil com a exploração da fauna brasileira.

4.1 Art. 29 da Lei nº 9.605/98

A qualidade de vida do homem está necessariamente atrelada ao equilíbrio ambiental, ao equilíbrio do ecossistema. O equilíbrio de um ecossistema, por seu turno, é alcançado mediante a interação de vários fatores, e a fauna, em todas as suas espécies e sub-espécies, é um deles. É nesse contexto que está inserida a existência do tipo penal do artigo 29 da Lei 9.605/98, *in verbis*:

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

II - em período proibido à caça;

III - durante a noite;

IV - com abuso de licença;

V - em unidade de conservação;

VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca.

O artigo 29 da Lei 9.605/98 é possuidor de diversas espécies de normas penais. Neste dispositivo encontramos as normas penais incriminadoras (caput) e as não incriminadoras permissivas e explicativas (§ 2º). Tecnicamente, trata-se de um tipo penal de grande riqueza, devido à clareza como a proteção penal da fauna é tratada em nosso ordenamento jurídico.

Por outro lado, o dispositivo em questão traz uma redação bastante dúbia, uma vez que permite extrair de seu texto várias interpretações, o que fere, por conseguinte, o princípio da legalidade, que exige que as normas sejam claras e perfeitamente delimitadas.

O tipo penal estabelecido pelo art. 29, da Lei de Crimes Ambientais deixa de dar um enquadramento típico específico para o delito de tráfico de animais silvestres, propiciando uma lacuna na proteção jurídico-penal quando da aplicação da presente norma. Em geral no que tange a esse delito o processo criminal acaba por acontecer com relação ao “empregado do traficante” e isso sem falar quando não estamos diante da figura da transação penal ou suspensão condicional do processo, ficando o traficante de animais protegido por um esquema jurídico onde a própria Lei é a primeira a lhe beneficiar.

Segundo o delegado da Polícia Federal, Ricardo Bechara Elabras, em seu depoimento prestado a CPI do Tráfico de Animais Silvestres²⁰, muitas vezes o infrator é flagrado pela Polícia novamente na prática de crime contra a fauna pouco depois de ser autuado, sendo comum o caso de pessoa que são flagradas e autuadas seguidamente. Tal fato ocorre porque o indivíduo não é levado a prisão, uma vez que o Tráfico de Animais Silvestres é considerado crime de menor potencial ofensivo.

Com o advento da Lei 9.605/98 foi trazido o benefício da transação penal e da suspensão condicional do processo. Dessa forma o infrator ao ser preso, assina um

²⁰ Depoimento prestado em 26/11/2002, à Câmara dos Deputados em CPITRAF – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Tráfico ilegal de Animais e Plantas Silvestres da fauna

termo de compromisso e é intimado a comparecer perante o juiz, onde é realizado um acordo entre as partes, tudo na presença do Ministério Público. O infrator recebe assim uma pena de alternativa de prestação de serviços comunitários, tais como atividades prestadas junto a zoológicos ou mesmo a distribuição de cestas básicas a população carente.

4.2 Da necessidade de um tipo penal específico

A perpetuidade dos espécimes da natureza encontra-se gravemente ameaçada pelo comércio ilegal de animais silvestres. A demanda por espécimes da fauna silvestre é exatamente o que estimula a caça ilegal, isto é, a captura do animal na natureza.

Ao traficante de animais silvestres não resta a menor preocupação com a função ecológica que os espécimes capturados cumprem no ecossistema, nem com o desequilíbrio ambiental que a retirada dos animais de seu habitat podem causar. Não há respeito aos ciclos de reprodução dos animais, ou a suas etapas de desenvolvimento. O tráfico de animais silvestres prejudica a preservação ou reprodução de exemplares de uma espécie, propiciando a sua extinção.

Dessa forma, o entre os benefícios que o advento de um tipo penal específico para o crime de tráfico de animais silvestres está, primeiramente, o fato

e da flora brasileiras. À época, Ricardo Bechara Elabras era o delegado-chefe do Núcleo de Repressão a Crimes Ambientais da Superintendência Regional do Rio de Janeiro – Departamento de Polícia Federal.

desse crime passar então a ser objeto da ação do Estado, por meio da repressão.

Acrescenta-se que o art. 29 da Lei de Crimes Ambientais, que traz um tipo penal múltiplo, não prevê tratamento diferenciado, com penas mais severas, para o tráfico interestadual ou internacional, razão por que grandes traficantes de animais, de forma inaceitável, têm hoje os benefícios aplicáveis às condutas consideradas de menor potencial ofensivo, como a transação penal e a suspensão condicional do processo.

E ainda, com o surgimento de um tipo penal específico para o delito em tela, mister se faz a alteração do valor da fiança, visto que atualmente esta se encontra com seus valores muito baixo, o que facilita a liberação quase imediata daquele flagrado na traficância de Animais Silvestres.

Com o advento de um tipo penal específico para o tráfico de animais silvestres viria a restabelecer o equilíbrio de ponderação de condutas lesivas ao meio ambiente, ora inexistente no tipo penal preceituado pelo artigo 29 da Lei 9.605/98, possibilitando dessa forma uma adequação da ação do Estado em face da conduta dos traficantes de animais silvestres.

CONCLUSÃO

A presente monografia teve como escopo central analisar os principais aspectos ventilados sobre o tráfico de animais silvestres. Analisamos que diante da facilidade que o traficante de animais silvestres encontra para a captura e comercialização de animais de nossa fauna, os altos lucros obtidos por tal prática, e tudo isso aliado à fragilidade da pena aplicada a esse crime, pela inexistência de um tipo penal específico encontram-se aí as razões pelas quais esse delito tornou-se a terceira maior atividade ilícita praticada no mundo.

Percebe-se que a soberania sobre estes animais e, portanto, a sua utilização sem critérios éticos, remonta à descoberta do Brasil quando araras, papagaios e outros animais foram enviados a Portugal. A grande quantidade de *psittacídeos* (araras, papagaios, periquitos e maritacas) existentes no Brasil à época de seu descobrimento fez com que estas paragens fossem, durante muito tempo, denominada "Terra dos Papagaios". Um pouco mais de 500 anos depois não podemos mais observar tantos destes animais a colorir as matas e céus de nosso país, porém, vários "enfeitam" gaiolas em residências no Brasil e em diversos outros países.

Para manter a cobiça de novos animais de estimação e, também, para sustentar a moda, diversos animais foram continuamente "exportados" para a América do Norte, Ásia e, principalmente, para a Europa. Tal comércio custou a vida de muitos animais.

Hoje o comércio continua, de forma clandestina, mas continua. E, para que se sustente o tráfico internacional, existe uma bem estruturada rede de tráfico interno. Este tráfico se inicia com o ribeirinho ou qualquer outro indivíduo que resida junto ao ambiente natural capturando e aprisionando os animais para depois vendê-los diretamente aos turistas ou aos primeiros atravessadores que os transportam para os grandes centros de compra.

Aqueles animais que não são diretamente "exportados", normalmente são encaminhados para o eixo Rio - São Paulo onde são vendidos em feiras-livres. Atualmente os traficantes não levam todo o seu "estoque" para a feira mantendo os animais mais valiosos em armazéns e residências próximas.

As Leis Penais Brasileiras, no que tange a prevenção e repressão aos crimes ambientais, em especial ao tráfico internacional de animais silvestres, ao contrário do esperado, acaba por propiciar, chegando até a estimular, a prática do delito em questão. Tal situação se dá em razão das brandas penas apresentadas, a não existência de um tipo penal específico e a possibilidade de transação junto a Juizados Especiais. A conduta delitiva ora apresentada necessita não apenas de penas mais severas, mas efetivamente estimular e orientar socialmente o cidadão da preservação do meio ambiente.

Considerando-se então este fato e paralelamente os alto lucros obtidos com o tráfico o infrator sente-se estimulado a continuidade de tal prática infracional.

Dessa forma, essa monografia detectou as principais características do comércio ilegal da fauna silvestre e seus produtos no Brasil, assim como levanta as

dificuldades, deficiências e problemas relacionados ao combate do tráfico. E finaliza com certeza da necessidade de elaboração de um tipo penal específico para o prevenção e repressão ao do delito abordado, que é atualmente tratado de igual forma que os demais delitos ambientais.

Encerramos o trabalho da presente obra, esperando ter alcançado os objetivos propostos. Por outro lado, os estudos sobre o tema não terminam por aqui: terão sua continuidade em nossa postura prática que, em função do estudo auferido, pautar-se-á pelo diuturno empenho para a realização da justiça social, em todos os seus níveis, como nos impõe o dever da magnânima e dinâmica profissão jurídica.

REFERÊNCIAS

Legislação:

BRASIL. Constituição Federal, coletânea de legislação de Direito Ambiental. Organizadora Odete Medauar. 2º ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Coordenação de Anne Joyce Angher. 9º ed. São Paulo: Rideel, 2003.

Livros:

BAPTISTA, Zulmira Maria de Castro. *O direito ambiental internacional: política e conseqüências*. São Paulo: Editora Pillares, 2005.

BECHARA, Érika. *Crimes contra a Fauna: breves considerações*. Proteção a Fauna, Revista de Direitos Difusos, Vol 11, Fevereiro/2002. São Paulo

CONSTANTINO, Carlos Ernani. *Delitos Ecológicos: a lei ambiental comentada: artigo por artigo: aspectos penais e processuais penais*. 2º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

DA SILVA, José Afonso. *Direito Constitucional Ambiental*. 4º ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

LEME MACHADO, Paulo Affonso. *Direito Ambiental Brasileiro*. 11º ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MIGLIARI JUNIOR, Arthur. *Crimes Ambientais: Lei 9.605/98, novas disposições gerais penais: concurso de pessoas, responsabilidade penal da pessoa jurídica, desconsideração da personalidade jurídica*. 2º ed. Campinas, SP: CS Edições Ltda, 2004.

MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. 3º ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PASSOS DE FREITAS, Wladimir e Gilberto. *Crimes contra a natureza (de acordo com a lei 9.605/98)*. 7º. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

RENCTAS, Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, *Vida à Venda*, 2º ed. Brasília: Dupligráfica, 2003.

VARELLA E PLATIAU, Marcelo Dias e Ana Flávia Barros, organizadores. *Princípio da Precaução*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2004. Coleção Direito Ambiental em Debate.

_____. *Diversidade Biológica e conhecimentos tradicionais*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2004. Coleção Direito Ambiental 2.

VIEIRA, Liliane dos Santos Vieira. *Pesquisa e Monografia Jurídica na era da Informática*. 1º ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

Relatórios:

CPITRAF – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras, criada em 10.09.2002, com base no Requerimento nº 13, de 2000, do deputado Rubens Bueno. Constituída em 07.11.2002 e instalada em 13.11.2002. Relator Deputado Sarney Filho.

RENTAS, Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, *1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres*. Brasília, 2001.

Vídeos:

RENTAS, Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, *Campanha Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres*. Brasília, 2001

Entrevistas:

Barros, Yara de Mello, Bióloga – Coordenadora do Comitê de Recuperação da Ararinha-Azul - IBAMA.

Sites:

<http://www.ararinha-azul.vilabol.uol.com.br>

<http://www.conservation.org.br>

<http://www.dpf.gov.br>

<http://www.ibama.gov.br>

<http://www.iprcommission.org>

<http://www.nostress.org.br>

<http://www.rentas.org.br>

<http://www.mma.gov.br>